

A Europa e o colapso da Iugoslávia*

*Leonardo Pires da Silva Belançon***

RADELJIĆ, Branislav. *Europe and the Collapse of Yugoslavia: The Role of Non-State Actors and European Diplomacy*. New York: I. B. Tauris, 2012.

O sérvio Branislav Radeljić é professor de política internacional na faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade de *East London*. Seus principais interesses de investigação concentram-se no estudo da política da União Europeia e os Balcãs. É bacharel em Humanidades pela Universidade de Roma *La Sapienza*, mestre pela Universidade Livre de Bruxelas (*Vrije Universiteit Brussel* - VUB) e Doutor em Política pela Universidade de Londres.

O livro deriva da sua tese de doutorado, e nele o autor discute os elementos que acredita haver contribuído para a emergência das crises internas na República Socialista Federativa da Iugoslávia, que se acentuaram a partir de meados dos anos 1980, levando o país à desintegração ao longo da década de 1990 e tornando as seis Repúblicas que compunham a federação, independentes. São elas: Sérvia, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Montenegro e Macedônia. Radeljić concorda que não há como atribuir a apenas um elemento, ou a um grupo de elementos definidos, as causas da desintegração da federação, dessa forma as diversas hipóteses defendidas nos mais variados meios, só têm a contribuir com os estudos deste campo.

Observa o envolvimento da Comunidade Econômica Europeia (CEE)¹ no período em que ocorre o colapso da Iugoslávia e examina também as relações internacionais daquele país para além da Europa Ocidental e os efeitos

* Resenha recebida em 11/08/2015. Aprovada em 10/09/2015.

** Graduado em Tecnologia do Meio Ambiente e em História pela UEM, Maringá/PR, Brasil. E-mail: lbelancon@gmail.com

¹ O autor utiliza este termo por considerar que “União Europeia” foi a nomenclatura adotada após o Tratado de Maastricht de 1992 e seu livro trata do período que precede esta data.

dessas relações. Analisa o papel dos fatores macroestruturais, como problemas econômicos, a posição geopolítica da Iugoslávia e divergências étnicas; os personagens específicos, como o Marechal Josip Broz Tito, que liderou a Iugoslávia de 1945 a 1953, como primeiro ministro, e de 1953 até sua morte, em 1980, como presidente; Slobodan Milošević, que foi presidente da Sérvia de 1989 a 1997 e Franjo Tuđman, presidente da Croácia de 1990 até sua morte em 1999; analisa ainda as Repúblicas da Sérvia, Croácia e Eslovênia, e a interferência de Estados como a Alemanha e os Estados Unidos. O autor argumenta que, tanto a natureza das relações entre a CEE e a Iugoslávia, quanto a confusão subsequente da Comunidade sobre como abordar a eclosão da crise iugoslava, diminuíram a eficiência dos setores responsáveis pelas tomadas de decisões para conter a situação, permitindo que alguns atores não estatais tomassem vantagem sobre tal deficiência.

Há que se considerar a importância e o protagonismo de Tito na política e na história da Federação Iugoslava. A partir de 1947, as relações entre o líder iugoslavo e o líder soviético, Josef Stalin, começam a se desgastar, isso porque Stalin havia consolidado sua influência sobre quase todos os países do Leste Europeu, com exceção da Iugoslávia que resistia à tentativa soviética de torná-la um estado-satélite. Em 1948 a Iugoslávia boicota a reunião do Cominform², que acontecia em Bucareste, na Romênia, e é expulsa do Comitê por resolução aprovada por unanimidade. No Leste da Europa, criou-se o termo titoísmo, para se referir às práticas que lembravam Tito. O termo foi utilizado para perseguir, prender e executar desafetos do regime.

Radeljić comenta a relação estabelecida em 1968, entre a Iugoslávia e a Comunidade Europeia, em que a Federação se dizia grata pelo convite da CEE, para que o país estabelecesse oficialmente suas relações com a Comunidade, ao mesmo tempo em que os líderes iugoslavos buscavam uma estratégia que

² Comitê de Informação dos Partidos Comunistas e Operários.

permitisse ao país conseguir ajuda ocidental sem que se criasse uma interdependência.

Nos anos 1970, com o estabelecimento de vários acordos econômicos entre a Comunidade Econômica Europeia e a Iugoslávia, a Federação dos Balcãs acabava sendo prejudicada nas condições propostas nestas resoluções. O autor afirma que em uma delas, uma das cláusulas dizia que se o mercado europeu fosse ameaçado por uma maior necessidade de importação iugoslava, a comunidade poderia suspender imediatamente as facilizações propostas, o que contribuiu para os crescentes desentendimentos. Outro ponto que desagradou os líderes da Iugoslávia foi a medida adotada pela CEE, que regulava o fluxo de imigrantes iugoslavos pelo continente.

Tal postura visava a integração da Iugoslávia nas relações entre a Europa Ocidental e aquela região do Leste Europeu para o estabelecimento da segurança no continente. Mantê-los à margem das relações diplomáticas do continente, poderia causar indisposição e, de alguma forma, ameaçar tal segurança. Em um contexto de Guerra Fria, a constante desconfiança dos países do bloco capitalista com relação às inter-relações entre os países comunistas, os levava a tentar manter um contato minimamente amistoso para evitar eventuais hostilidades. Internamente os países que compunham a federação também passavam por conflitos e divergências. A exemplo o autor cita o órgão de justiça para a defesa da Comunidade Unida da Iugoslávia que, sob forte influência sérvia, atuava de forma tendenciosa e frequentemente em favor da Sérvia, em detrimento da Croácia e da Eslovênia.

O autor acredita que a diplomacia ocidental confundiu as realidades particulares de cada República que compunha a Iugoslávia com a realidade da Federação como um todo, sem levar em conta as nuances de cada nação, e questiona como e o porquê de a CEE decidir deixar de apoiar a Iugoslávia como uma Federação, para apoiar individualmente a Croácia e a Eslovênia, e

seus projetos de independência. O livro analisa ainda, os fatores que colaboraram com a Eslovênia e a Croácia para alcançarem seus objetivos, como a diáspora, a imprensa e a Igreja Católica. Assim o autor busca mostrar a força e o papel que tais grupos tiveram nesse processo. Com um tom sutilmente crítico, Branislav Radeljić acredita que quanto maior for a influência de determinado grupo, maior deveria ser a responsabilidade a ele atribuída pelo que ocorreu por intermédio de sua influência. O autor toma tal posição por acreditar que a responsabilidade pelo resultado da desintegração da Iugoslávia é muitas vezes atribuída somente à Sérvia e a postura adotada durante esse processo, e que os demais personagens que, direta ou indiretamente, influenciaram são eximidos de sua parcela de culpa.

Em suas pesquisas Radeljić concluiu que alguns autores afirmam que os principais responsáveis pela imagem que a CEE tinha da situação na Iugoslávia, eram as embaixadas e órgãos diplomáticos em Belgrado, capital da Sérvia. Mesmo assim, grupos croatas mais influentes teriam feito campanha na região da Baviera para que a Alemanha reconhecesse a legitimidade do movimento para a independência da Croácia.

A mídia local e internacional encorajou e apoiou os conflitos internos da Iugoslávia, colaborando para a representatividade de croatas e eslovenos no desejo de conquistar suas independências, e conseqüentemente reforçava o apoio da CEE. Contudo, o controle da mídia sérvia por parte do governo local, impedia que o teor das notícias e informações por ela produzidas fosse o mesmo que o da mídia ocidental. A religião como fator a ser considerado no processo de desmembramento, pode ser observada a partir do momento em que as igrejas tornam-se uma importante ferramenta de propaganda nacionalista de seus países. A Igreja Ortodoxa Sérvia apoiava abertamente o expansionismo sérvio, enquanto a Igreja Católica, com forte presença na Eslovênia e a na Croácia, foi fundamental na defesa dos interesses desses países. O Vaticano foi

responsável por levar muitos países ocidentais a reconhecerem essas independências.

A intenção de Radeljić é promover a análise dessas relações que acredita serem úteis para entender como o envolvimento da Comunidade Econômica Europeia foi modificado e então reconstruído através da influência desses atores não estatais. O autor afirma haver usado uma abordagem interdisciplinar valendo-se tanto da Ciência Política, quanto da História, levando em consideração a escassez de produção acadêmica sobre as relações diplomáticas entre a CEE e a Federação Iugoslava, mas atento aos resultados desse contato em determinados períodos. No caso do livro, o colapso da República Federativa da Iugoslávia.

No primeiro capítulo o autor trata do levantamento de dados a partir de fontes secundárias, o que o levou a morar em diversas capitais europeias que tivessem algum envolvimento com o período da desintegração iugoslava. Para dar continuidade à sua pesquisa, morou também nas capitais das seis repúblicas que surgiram após os conflitos. O capítulo analisa a literatura existente e distingue os diferentes pontos de vista quanto à crise na Iugoslávia, apontando fatores internos e externos como contribuintes para o colapso da Federação. Por acreditar que haja pouca produção acadêmica sobre o assunto tratado neste livro, o autor acredita que seu trabalho possa contribuir com futuras pesquisas no tocante às relações internacionais do Leste Europeu, em especial dos países balcânicos, e a alguns aspectos da dinâmica que levou à dissolução da República Federativa da Iugoslávia.

O capítulo dois analisa as relações entre a CEE e a Iugoslávia, elencando os pontos fortes e fracos desse contato a partir do início da década de 1950. Tornando possível observar que essas relações sempre foram problemáticas, com oscilações mais marcadas principalmente no campo político e econômico, mas também no social (p. 11).

O capítulo três aborda a década de 1980, importante para a definição do futuro da Iugoslávia, mostrando as relações com a CEE e os maiores desentendimentos dessa relação. Analisa também o fim do governo de Tito e como ficaram as relações com os países da Comunidade após a morte do Marechal, bem como o surgimento e a influência dos atores não estatais (*Non-State Actors*) na crise interna da Iugoslávia que resultou na desintegração do país.

Outro método de pesquisa utilizado foi entrevistas com pessoas diretamente ligadas àquele momento conflituoso, como os envolvidos no organismo da Comunidade Europeia responsável pelas tomadas de decisões para conter os conflitos iugoslavos, e figuras como oficiais de governo e diplomatas. Conversou também com acadêmicos e pessoas que tiveram suas contribuições escritas publicadas como memória. O autor acredita que, apesar deste método ser questionado quanto à veracidade e a fidelidade aos fatos naquilo que é relatado, há sempre algo novo a ser dito, especialmente sobre um assunto tão polêmico.

Os capítulos quatro, cinco e seis, foram escritos por intermédio do estudo de fontes fornecidas por órgãos e agências ligados à diáspora, agências de notícias e instituições religiosas. Nesta parte do livro o autor vai detalhar o envolvimento desses atores não estatais na crise da Sérvia com a Croácia e a Eslovênia, assim como o apoio angariado fora da Iugoslávia e as ferramentas utilizadas. Cada um destes três últimos capítulos tratará, respectivamente, da função da diáspora, da imprensa e da Igreja Católica e sua capacidade de influenciar na política. Assim, o autor acredita que a atuação desses elementos, fazendo com que a Comunidade Europeia reconhecesse como legítimo o desmembramento da Iugoslávia, causou impactos que não foram considerados, como a transferência da guerra travada entre Sérvia e Croácia e Eslovênia, pela manutenção da união da República Federativa da Iugoslávia, para a Bósnia e Herzegovina.